



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 681318 - SP (2021/0226137-2)

RELATOR : MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA
IMPETRANTE : JADER GAUDENCIO DA SILVA FILHO
ADVOGADO : JADER GAUDÊNCIO DA SILVA FILHO - SP379146
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : JAMIL SIMAN (PRESO)
CORRÉU : LEANDRO SIMAN
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de JAMIL SIMAN em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (*Habeas Corpus* n. 2143187-03.2021.8.26.0000).

O paciente encontra-se preso preventivamente pela suposta prática de homicídio qualificado,

O impetrante sustenta que "a prisão preventiva é medida excepcional, somente podendo ser aplicada quando não for adequada nenhuma das medidas alternativas. Ou seja, o não cabimento das medidas cautelares diversas da prisão deve ser justificado de forma fundamentada com base em elementos concretos e de forma individualizada, o que não aconteceu no presente caso" (fl. 13).

Alega, ainda, que "ora Paciente possuir família constituída com esposa e filho menor impúbere (docs. anexos) que dependem exclusivamente de seu trabalho para o sustento, residência fixa(doc. anexo), ocupação lícita laborando como agente nebulizador na Empresa SIME PRAG DO BRASIL LTDA(doc. anexo), além de ostentar a primariedade e bons antecedentes, circunstâncias, não obstante o entendimento proferido no v. acórdão vergastado, que merecem ser mensuradas na avaliação da manutenção ou não da liberdade." (fl. 16).

Requer, liminarmente e no mérito, a revogação da prisão preventiva, "impondo-se caso seja necessário, uma ou mais medidas alternativas á prisão enumeradas no art. 319 do Código de Processo Penal, expedindo-se o competente contramandado de prisão" (fl. 17).

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 17 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente